



Uma análise do conservadorismo após a implantação das IFRS: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa.

ISSN: 1984-6266

Recebimento:
23/12/2016

Aprovação:
14/03/2017

Editor responsável pela aprovação do artigo:
Dr. Flaviano Costa

Editor responsável pela edição do artigo:
Dr. Flaviano Costa

Avaliado pelo sistema:
Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

Resumo

A aplicação do valor justo (*fair value*), após a regulamentação das Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade deveria provocar o processo de institucionalização de uma nova prática. O objetivo desse trabalho foi indagar a nível epistemológico aonde o conservadorismo seria classificado hoje na estrutura conceitual da Contabilidade, para tanto investigou-se se havia predominância de tal prática entre empresas listadas na BMF&Bovespa, no período de 2007 e 2013, diante da regulação das IFRS, e as motivações para isso, amparando em conceitos dentro do âmbito da Nova Sociologia Institucional. O conservadorismo, até o desenvolvimento da Teoria Positiva da Contabilidade, estava pacificamente lastreado na Teoria Normativa da Contabilidade. Principalmente depois dos trabalhos sobre o conservadorismo condicional, após o ano de 1995, esse tema passou a ser amparado unicamente na Teoria da Agência. Os achados rejeitam a suposição de que medidas de conservadorismo não foram subjugadas pela aplicação do valor justo, para tanto foi utilizado como proxy a análise de dados em painel com 1302 observações e aplicando regressão múltipla. Esse trabalho foi uma tentativa de aprimorar novos olhares sobre um mesmo objeto, que já foi diversas vezes visitado recentemente, sobretudo somente em uma direção.

Palavras-chave: Convergência Contábil Internacional; IFRS; Epistemologia contábil; Nova Sociologia Institucional.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:
<http://dx.doi.org/10.5380/rc&c.v9i1.49926>

AN ANALYSIS OF CONSERVATISM AFTER THE IMPLEMENTATION OF IFRS: A STUDY IN COMPANIES LISTED ON BM&BOVESPA

ABSTRACT

The application of fair value after the regulation of International Accounting Patterns and Standards should trigger the process of institutionalizing a new practice. The objective of this work was to inquire at the epistemological level where conservatism would be classified today in the conceptual structure of Accounting, so it was investigated if there was predominance of such practice between companies listed in the BMF & Bovespa, in the period of 2007 and 2013, before the regulation of IFRS, and the motivations for this, supporting concepts within the scope of the New Institutional Sociology. Conservatism, until the development of Positive Accounting Theory, was peacefully backed by the Normative Accounting Theory. Mainly after the works on conditional conservatism, after 1995, this theme came to be supported solely in the Agency Theory. The findings reject the assumption that conservative measures were not subjugated by the application of fair value, for which the panel data analysis with 1302 observations and applying multiple regression was used as proxy. This work was an attempt to improve new looks on the same object, which has been visited several times recently, especially in one direction only.

Keywords: International Accounting Convergence; IFRS; Accounting epistemology; New Institutional Sociology.

1 Introdução

O conservadorismo é uma convenção contábil que trata de acepções conceituais dentro da estrutura da teoria contábil (Iudícibus, 2009). Essa taxonomia é derivada da tentativa da Teoria Normativa da Contabilidade que ora acolhe a classificação do conservadorismo e ora ele é situado dentro do arcabouço da Teoria da Agência (Silva, Coelho, Lopes & Almeida, 2009; Abreu & Dias Filho, 2013; Lacerda & Colauto, 2011).

O conservadorismo também encontra acolhimento classificado pela visão de Basu (1997), mais aproximada à da aceitação de que ele seja uma prática oriunda de cunho discricionário do gestor, visando ou a proteção das organizações com custos políticos potencialmente elevados ou a resistência à mudança, características inerentes de culturas organizacionais, segundo o âmbito da Nova Sociologia Institucional (NIS - *New Institutional Sociology*). Essa aceitação afasta ou reduz o seu significado como pilar conceitual na literatura contábil.

Na regulamentação contábil brasileira, a convenção do conservadorismo não é mencionada explicitamente, conforme atestado por Coelho e Lima (2007), mas existe uma aceitação a essa prática com maior ou menor grau. Esse artigo investiga essa motivação sobre a ótica da NIS.

Além disso, aspectos de cultura, valores, isomorfismos, formas de aceitação de práticas e rotinas são discutidos dentro do universo da Nova Sociologia Institucional (Burns & Scapens, 2000; Dimaggio & Powell, 1983). O conservadorismo, como forma de uma prática aceita pelos gestores, traz em si estes aspectos refletidos nos números contábeis.

Por outro lado, com a harmonização das normas contábeis através da implantação das IFRS, visando a convergência internacional da regulação, sugestiona exigências de representações dos números contábeis com menos conservadorismo porque explicitamente requer a aplicação de uma prática nova: o valor justo (*fair value*, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo). É na intercessão desta proposta implícita da harmonização com o framework da NIS que o artigo visa contribuir, de uma forma inovadora, para investigar como esse novo design impactou nas empresas da amostra.

O IASB supostamente arbitra a favor do uso do valor justo como melhor forma de mensuração de componentes patrimoniais (Barth, 2006). Ele o escolheu dentre tantas outras formas de mensuração, como os equivalentes correntes de caixa (Chambers, 1965), custo corrente (Edwards & Bell, 1961) e formas mistas (Neal, 1939). Ao adotar o *fair value* como seu método principal e impositivo, ele se afasta também do que se chamou de *hodgepodge* (Salvary, 1992). Porque a adoção de um único método, sempre que possível, significa também se afastar dessa miscelânea (*hodgepodge*) de formas aplicáveis aos números contábeis.

É nesse contexto de implantação dos IFRS que a presente pesquisa investiga: As práticas de conservadorismo contábil das empresas apresentaram atributos de resistência à mudança segundo o âmbito da Nova Sociologia Institucional, com a implantação das IFRS?

A hipótese levantada aqui busca expressar a situação do estado de conservadorismo após o marco do full - IFRS, nas empresas não financeiras listadas na Bovespa usando dados em painel, supondo que os agentes fornecedores de informações contábeis (os gestores, administradores, proprietários das empresas e contadores) estariam com um nível de conservadorismo tendente a zero, em comparação com a inclinação atual de mensuração imposta pelo IASB, o *fair value*. Dado este conflito, se as empresas estão adotando o *fair value* como forma de mensuração prevalente pressupõe uma avaliação mais próxima possível do real, ou seja, menos conservadora. Por outro lado, se há ainda uma resistência à aplicação sistemática do conservadorismo às demonstrações contábeis, leva a crer que há uma resistência à aplicação e implantação definitiva do *fair value*. E é essa característica de resistência que obstaculiza diversas evidências dentro da NIS que se procura levantar a discussão como essa teoria pode explicar e prever esse fenômeno.

O objetivo desse trabalho foi indagar a nível epistemológico aonde o conservadorismo seria classificado atualmente na estrutura conceitual da Contabilidade. Para tanto investigou-se se havia predominância de tal prática entre empresas listadas na BMF&Bovespa no período de 2007 e 2013, diante da regulação das IFRS, e as motivações para isso, amparando em conceitos dentro do âmbito da Nova Sociologia Institucional.

A metodologia empregada foi a análise de dados em painel aplicando regressão múltipla como modelo para associar o conservadorismo com os atributos de resistência à mudança. Esse artigo segue ainda com as seções de Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise de dados e finaliza com as Conclusões.

2 Fundamentação Teórica

Burns e Scapens (2000) afirmam que o interesse pela Teoria Institucional nas Ciências Sociais tem aumentado e que pelo menos dois enfoques dessa teoria podem ser observados na literatura contábil: (i) nova sociologia institucional (NIS – *New Institutional Sociology*) e (ii) velha economia institucional (OIE – *Old Institutional Economics*). Conforme Boff (2007), existe ainda uma terceira linha de investigação (ou evolução) que é a Nova Economia Institucional (NIE). Embora essas teorias tenham diferentes origens e raízes filosóficas diversas, elas compartilham um interesse comum pelos temas instituição e mudança institucional (Guerreiro, 2006).

A NIS não abrange só o isomorfismo conforme Beuren e Dallabona (2011) enfatizam, ao resgatar duas visões sobre a ampliação desse alcance da NIS, muitas vezes inibida para manter só o foco no isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983): a) Ribeiro e Scapens (2006), relatam que a afirmação fundamental da Nova Sociologia Institucional é que algumas das organizações envolvem ambientes institucionalizados, e esses ambientes não estão focados somente com questões de relacionamento com clientes, fornecedores etc., e sim envolvem regras culturais e normas sociais que relacionam determinadas estruturas e procedimentos formais das organizações e; b) a organização precisa se conformar às normas sociais de comportamento aceitável, além de atingir níveis de eficiência produtiva (Covaleski, Dirsmith & Samuel, 1996), para assegurar a sua sobrevivência, de acordo com o tema geral sobre a perspectiva da NIS.

A expectativa da sociedade é uma das vertentes da Teoria Institucional e também da NIS. De maneira que, quanto à informação contábil, essa expectativa é de que ela possa representar com fidelidade o patrimônio real e consiga cumprir aos seus objetivos de atender aos usuários da contabilidade. Contudo, não se pode negar que o conservadorismo distorce essa expectativa. Nas duas seções seguintes são detalhados esses conceitos apresentados, buscando sempre alinhar o tema com a teoria.

2.1 Conservadorismo

Apesar de diversos trabalhos realizados sobre conservadorismo no meio acadêmico brasileiro nos últimos anos, esse tema ainda requer muito mais atenção (Brito, 2013; Coelho & Lima, 2007; Martinez & Alves, 2013; Lacerda & Colauto, 2011). Consequentemente, procurou-se levantar ainda mais razões para fomentar as discussões a respeito desse assunto que ainda persiste ante a mudança de paradigmas de pesquisas (como foi o falseamento da *Normative Accounting Theory*, NAT, e o desenvolvimento da *Positive Accounting Theory*, PAT). Agora, ainda olhando por outro ângulo, do ponto de vista da Teoria Institucional, mais especificamente da *New Institutional Sociology*, NIS, pode-se potencializar esse debate sobre um tema que se concentra dentro do núcleo conceitual da Contabilidade, o conservadorismo.

O conceito mais geralmente aceito sobre conservadorismo é dado pela máxima “não antecipar os lucros, mas antecipar todas as perdas” (Watts, 1993). Segundo Iudícibus (2009), o conservadorismo é uma convenção dentro da estrutura conceitual da teoria contábil, sendo dividida em postulados, princípios e convenções. Mas Watts (2003, a) define o conservadorismo em três vertentes: a) A primeira diz respeito ao grau de verificabilidade exigido para se reconhecer receitas em relação às despesas na demonstração do resultado do exercício; b) A segunda “advém da máxima de postergar receitas e antecipar despesas” (Bliss, 1924, apud Watts, 2003, p. 208), implicando em uma defasagem temporal no reconhecimento de um e outro; c) A terceira advém da submensuração do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

Desde o advento dos trabalhos de Watts e Zimmerman, na década de 1980, a obra produzida sobre o conservadorismo só vem sendo enquadrada sob o enfoque da Teoria da Agência (Watts, 1993; Basu 1997; Martinez & Alves, 2013; Scalzer, Almeida & Costa, 2008). Antes do desenvolvimento da Teoria Positiva da Contabilidade, ele era localizado dentro do arcabouço da Teoria Normativa da Contabilidade classificado como Princípio Contábil. Deste modo, observa-se uma lacuna inerente da carência de mais pesquisas estruturais na Teoria da Contabilidade que é justamente nessa aparente falta de classificação do conservadorismo (e dos chamados outros princípios) a partir da PAT. E o objetivo no presente trabalho não foi classificar o conservadorismo dentro da NIS, mas buscar explicações sobre essa prática na amostra, amparada nesta teoria.

Coelho e Lima (2007) apresentam duas formas de conservadorismo, o conservadorismo condicional que se refere à antecipação contábil de perdas econômicas, reconhecendo as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento as boas notícias, e o conservadorismo incondicional que pressupõe de forma similar à terceira conceituação de Antunes (2011), a subavaliação do Patrimônio Líquido.

Já Basu (1997), sendo um dos principais referenciais sobre esse tema na literatura acadêmica, conceitua o conservadorismo como o tratamento assimétrico dos ganhos e perdas, buscando captar a antecipação conservadora de despesas por meio da relação entre as más notícias percebidas pelo mercado acionário e aquelas divulgadas pela Contabilidade, que é o conservadorismo condicional. Ele propôs uma metodologia de investigação empírica do conservadorismo que se baseia na defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e despesas (segunda forma de conservadorismo).

Por causa do conservadorismo as demonstrações contábeis estão retraídas em seu conteúdo informacional. Apenas este contexto já suscita demanda por discussão acadêmica: porque os números contábeis estão destituídos de refletir o real valor dos ativos, passivos e componentes patrimoniais, podendo afetar o objetivo da Contabilidade. E segundo Iudícibus (2009), ainda que o objeto da Contabilidade esteja

longe de ser algo pacífico e claro, o seu objetivo é transparente: fornecer informações úteis à tomada de decisão.

Introduzindo o tema na Teoria Institucional, a conceituação próxima é de que o conservadorismo é uma prática ou rotina contábil não normatizada, mas que é legitimada por três fatores: a) pela conveniência do menor esforço do gestor e/ou; b) do menor custo do gestor e/ou; c) da “proteção” que o conservadorismo possui como consequência para esconder as nuances não registradas nas demonstrações. No entanto, ela deveria ser legitimada pela sociedade ou pelo mercado, seguindo a linha tradicional da Teoria Institucional.

Como a NIS amplia o foco sobre as organizações não se limitando à análise de retorno financeiro, mas também destaca que os fatores institucionais e culturais adicionalmente devem ser considerados para explicar as mudanças (Abreu & Dias Filho, 2013), enxergar a prática do conservadorismo nesse contexto é admitir que ele se mescle como uma cultura pré-admitida, não somente porque isenta certos custos de divulgação explícita, mas porque, como cultura, ela resiste à mudança. Analisar o conservadorismo no ambiente da NIS pode ser possível se recortá-lo como uma prática institucionalizada.

O conservadorismo representa um mecanismo fundamental da estrutura conceitual básica da Contabilidade que favorece a divulgação de informações enviesadas (Santos, Cia & Cia, 2011). Estes autores também reafirmam que o conservadorismo não é um princípio contábil que rege as IFRS e não está amparado pela Estrutura Conceitual Básica (IFRS – Estrutura Conceitual, 2001). As Estruturas Conceituais do IASB (2001) e do CPC (2008) defendem que a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, ou seja, a convergência sinaliza para uma mudança de práticas contábeis (Lacerda & Colauto, 2011).

Quanto aos métodos usuais de medição do conservadorismo podem envolver o *market to book*, Índice invertido de Gray, Modelo Ball e Shivakumar (2005) e o Modelo de Basu (1997). Existe ainda o modelo de Ball e Shivakumar que é usado para mensuração do grau de conservadorismo contábil das empresas e utiliza-se exclusivamente de variáveis contábeis para avaliar o Conservadorismo, baseados nas relações diretas entre os *accruals* e os Fluxos de Caixa Operacional, segmentando as amostras em empresas que apresentavam fluxo de caixa negativo e empresas com fluxo de caixa positivo (Lacerda & Colauto, 2011). Mendonça, Costa, Galdi e Funchal (2010) utilizaram o modelo de Ball e Shivakumar (2005) modificado.

2.2 NIS e Cultura

A Nova Sociologia Institucional (NIS – *New Institutional Sociology*) assume práticas institucionalizadas como constructos da realidade social. E o conservadorismo passou a ser aceito como uma prática contábil e classificada dentro dos conceitos da Teoria da Agência.

Se o conservadorismo e os outros Princípios elencados pela NAT carecem de uma taxonomia explícita, então o que se espera da NIS neste contexto é explicar e predizer o conservadorismo justamente como uma prática. Apesar da NIS ainda não disponibilizar de um conjunto estrutural robusto que permita avaliar com precisão situações, como a discricionariedade do gestor, ela possui no seu arcabouço preceitos convenientes para esse contexto, como é a descrição do processo de transição de um padrão ou prática social para outra, mediante o processo de institucionalização.

Além disso, não encontrando uma teoria condizente perfeitamente a esta problemática e à omissão da PAT em negligenciar o reconhecimento e o tratamento dos “cacos” conceituais restantes após sua consagração acadêmica, como uma precaução/cautela científica em não imputar à outra teoria a tentativa de explicação desse fenômeno, a NIS se justifica por ter sido a teoria mais próxima de levantar o questionamento ou a lacuna sobre qual seria atualmente a classificação do conservadorismo dentro da Contabilidade. Destaque-se que a Teoria da Agência se mostrou frágil para tanto, porque continuaria sem classificar ou desclassificar o conservadorismo.

A Teoria Institucional nas últimas décadas tem sido utilizada para explicar fenômenos das ciências sociais, inclusive da Contabilidade. A NIS caracteriza-se por representar uma oposição clara às perspectivas baseadas no pressuposto da rationalidade dos atores organizacionais e na procura de modelos econômicos que otimizem o binômio custo/eficiência e, contrapondo-se às correntes econômicas, a NIS enfatiza o simbólico, e os aspectos cognitivos, culturais e normativos nas organizações (Abreu & Dias Filho, 2013).

A ênfase institucional direciona o foco para o caráter de rotina e institucionalização das práticas contábeis, em outras palavras, ela oferece uma base para entender essas práticas como rotinas institucionalizadas e para explorar a interação entre a Contabilidade e outras instituições sociais (Scapens, 1994). Carruthers (1995) reforça que a visão institucional percebe as práticas contábeis como parte de um conjunto de aspectos que podem legitimar as organizações através da construção de uma aparência de rationalidade e eficiência (Aguiar & Guerreiro, 2008).

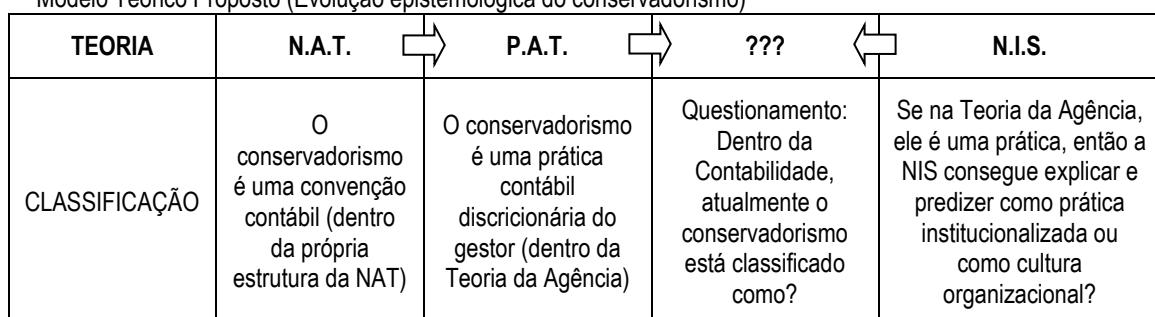
Além disso, segundo a proposta de concepção da NIS, o processo de conservadorismo sofre impacto das pressões culturais da sociedade em que a organização está inserida (Powell & Dimaggio, 1991).

Como na NIS as organizações são sistemas abertos e que interagem com os demais, o conservadorismo impacta como um modelo social que funciona como um escudo de proteção para o proprietário porque o valor verdadeiro da organização não é demonstrado de forma real à sociedade e às outras firmas do meio social, dentro dos interesses dos gestores ou até mesmo dentro dos interesses dos órgãos reguladores.

Para Nepomuceno (2009), as tecnologias exportadas pelos países do primeiro mundo (incluindo-se os padrões contábeis) carregam consigo os seus valores culturais que geralmente são incompatíveis com os valores e normas societárias de outras nações. Ele se baseia, entre outros em Hofstede (1980), que nomeou quatro “dimensões” (valores) independentes que explicavam a variação intercultural nas respostas dos sujeitos de pesquisa por ele encetada: a) distância do poder; b) aversão à incerteza; c) individualismo; e d) masculinidade (Castro Neto, Itoz, Lima, Pasqual, Bastos & Muller, 2006). Essa dimensão “aversão à incerteza” refere-se à extensão com a qual as pessoas estão ameaçadas pela incerteza e pelas situações desestruturadas ou desconhecidas. Em culturas de forte aversão à incerteza, as pessoas estão habituadas a conviver sob uma profusão de normas e regras, balizadoras do comportamento social, político e econômico, compartilhando das mesmas normas sobre seus papéis na sociedade. Nestas culturas, as sociedades mantêm rígidos controles de comportamento e crenças, e são intolerantes com desvios de conduta e ideias. As sociedades de fraca aversão à incerteza mantêm atmosfera de vida mais relaxada, em que a prática conta mais que os princípios e os desvios são mais facilmente tolerados (Gray, 1988). Essas sociedades tendem a ser flexíveis, convivem com menos regras e participam da política (Castro Neto et al, 2006). O conservadorismo está inserido neste conceito de aversão a incerteza e considerando-o uma cultura, isso explicaria a sua persistência em ser substituído.

Assim, um desenho da discussão teórica poderia ser representado na Figura 1:

Figura 1:
Modelo Teórico Proposto (Evolução epistemológica do conservadorismo)



Fonte: Elaborada pelos autores

E porque o IASB preferiu o *fair value*? Porque a Contabilidade pelo valor justo é a única abordagem abrangente e consistente internamente que o IASB identificou (Barth, 2006).

É esse delineamento que procura explicar se o conservadorismo ainda se mostra resistente, pressupondo que com a aplicação das recentes práticas de *disclosure* mais realistas e do *fair value*, sua prática estaria se reduzindo cada vez mais ou se extinguindo. Assim, com o IFRS, julga-se que ocorra o “processo de institucionalização” de uma prática, conforme definidas por Tolbert e Zucker (1999), ou seja, a aceitação de uma regra, prática ou norma de forma inquestionável por um grupo social por um longo período de tempo e que seja reproduzida como um padrão estável. Esses autores defendem que esse processo se dá por três etapas: habitualização, objetificação e sedimentação.

Além disso, novas regulamentações sempre desencadeiam outros processos de institucionalização porque incutem padrões singulares. E essa resistência à mudança que o conservadorismo possui, presume-se o amparo de fatores determinantes que impedem a sedimentação do novo padrão.

Sob o olhar da NIE, onde predomina a análise dos atores econômicos segundo preceitos da racionalidade econômica das decisões, o conservadorismo não fundamenta “expectativas mais avançadas do futuro que irão resultar em informações mais úteis para a tomada de decisões econômicas” (Barth, 2006). E é sob esse defeito que o conservadorismo sofre diversas críticas, visto que as informações contábeis têm como o objetivo a utilidade para a tomada de decisões.

Nesse ínterim, é preciso saber qual a condição do conservadorismo e do custo histórico com o marco do IFRS. Se o conservadorismo não tendeu a cair após a IFRS, então presume-se que exista outros fatores envolvidos. Tenta-se localizar o fator proteção do principal e/ou do agente como um fator motivador dentro da NIS para que se justifique a permanência do conservadorismo no mercado brasileiro.

Segundo Watts (1993), a regulamentação afeta direta e indiretamente as divulgações das informações contábeis, uma vez que o aumento de passivos, a partir da regulamentação, incentiva os administradores a serem conservadores (Kaizer, Nossa, Teixeira, Baptista & Nossa, 2009). Com a presença de regulamentação, a informação contábil, mais precisamente o lucro contábil, tende a ficar influenciada, ou seja, tende a não refletir a realidade das empresas.

Ainda neste caminho, a NIS prevê que “as instituições não são somente o contexto, mas também promovem um papel” (Santos, 2008) social que elas exercem dentro do conjunto da sociedade, pois o viés da racionalidade econômica dos agentes não encontra abrigo no ambiente conceitual sociológico da instituição. Isso levaria a outra implicação quanto ao conservadorismo, em que se deveria esperar que ele não mais existisse, pois confronta com essa transparência subjacente à base da NIS.

Esse realismo social guarda semelhanças como o objetivo do valor justo e Barth (2006), discorrendo sobre a preferência do órgão normatizador (*standard-setting body*) e também da necessidade de ter expectativas futuras incluídas no conceito de ativos, fez uma das maiores contribuições sobre a implicação de aceitar o valor justo (*fair value*) em detrimento aos outros métodos de mensuração.

A NIS não desenvolveu ainda um conjunto central de variáveis e de metodologia de pesquisa padronizada, nem um conjunto de métodos específicos, o que motivou utilizar uma forma de mensuração do conservadorismo amparado em métodos econometrícios, como forma de constatar se essa prática seria ainda resistente à mudança provocada pela regulação das IFRS ou, do contrário, o valor justo, nova prática introduzia por esta seria predominante. Ou seja, o trabalho não visou se contrapor ou negar a Teoria Positiva.

Assim, um desenho da modelo metodológico poderia ser representado na Figura 2 e que é melhor detalhado no próximo item:

Figura 2:
Modelo Metodológico Proposto (aplicando os conceitos da NIS)

REGULAMENTAÇÃO	PRÉ-IFRS	PÓS-IFRS
ÓTICA DA NIS	O conservadorismo era a prática institucionalizada	A prática contábil regulamentada expurga o conservadorismo e adota o valor justo
MÉTODO DE MEDIÇÃO	Os <i>accruals</i> mostraram ser um método confiável	A NIS não possui um método exclusivo, mas usaram-se os <i>accruals</i> com números contábeis com o Método BS (2005) buscando responder se ainda há conservadorismo após o processo de institucionalização da nova prática contábil adotada pela IFRS

Fonte: Elaborada pelos autores

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Seleção da Amostra e Tratamento dos Dados

A amostra deste trabalho foi extraída do banco de dados da Economática, empresa especializada em informações para o mercado de capitais.

Os dados referem-se às empresas que tiveram ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e constituem-se de valores das cotações das ações, dados de balanço das empresas e de razões entre os mesmos ou de dados por ação. Inicialmente foram coletadas 512 empresas da Economática no período de 13/10/2014 a 18/10/2014, no espaço temporal de 2004 a 2013, expurgando os setores de bancos, seguradoras e “outros”. Só foram coletados dados não consolidados e foram retiradas as duplicidades de empresas.

O *locus* deste trabalho são os efeitos da adoção obrigatória do *full-IFRS* sob o conservadorismo das demonstrações. A abordagem é empírico-analítica, visando mensurar o impacto das diferenças de normas sob o enfoque do modelo de fluxos de caixa das empresas brasileiras de capital aberto.

Limitou-se o escopo ao período de dezembro de 2004 a dezembro de 2013 devido à maior disponibilidade dos dados bem como à implantação do *full-IFRS*, período de adoção impositiva da regulação baseada nas normas internacionais do IASB, traduzidas e interpretadas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), especialmente criado para esse fim, o que resultou num conjunto de 368 companhias.

Posteriormente, foi reduzido o espaço temporal para 2007 a 2013 para evitar os erros de auto correlação devido a um $t > 7$.

3.2 Procedimentos Operacionais

O modelo escolhido inicialmente para medir o conservadorismo foi o modelo de Ball e Shivakumar de 2006 adaptado, descrito abaixo (o texto original preconiza uma inclinação dos autores em utilizar a equação simples “Lucros = FCO + Accruals” e isso os fez medir o conservadorismo ou pelo caminho do lucro ou pelo caminho do FCO):

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_4 DIFRS + \alpha_5 DIFRS * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_6 DIFRS * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_7 DIFRS * D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1}$$

(1)

Embora mais preciso e possuindo todas as variáveis coletadas na base de dados, devido à complexidade de sua aplicação com a montagem do painel com as 7 variáveis, optou-se por usar o modelo de Fluxo de Caixa Operacional ajustado, dos mesmos autores, de 2005:

$$\text{ACCRUALS} = \alpha_0 + \alpha_1 dFCO_{it} + \alpha_2 dIFRS_{it} + \alpha_3 FCO_{it} + \alpha_4 dFCO_{it} * FCO_{it} \\ + \alpha_5 dIFRS_{it} * FCO_{it} + \alpha_6 dIFRS_{it} * dFCO_{it} * FCO_{it} + \varepsilon_{it}$$

(2)

Sendo que as variáveis acima são descritas como:

ACCRUALS é a variável dependente com os valores das “acumulações” encontradas pelo método direto;

dFCO é a variável dummy (se FCO negativo = 1; se FCO positivo = 0)

dIFRS é a variável dummy (para o período antes do full IFRS = 0; para o período após o full IFRS = 1)

FCO_{it} é o fluxo de caixa operacional da empresa i no período t;

$\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2, \alpha_3, \alpha_4, \alpha_5, \alpha_6$ são os coeficientes do modelo;

ε_{it} é o termo de erro da regressão.

O modelo BS 2005, que utiliza os FCO é autônomo em si, mas necessita que se calcule os *accruals* totais para alimentar o Y da regressão.

Existem duas formas de se calcular esses *accruals*:

a) por meio forma direta, em que: LUCRO CONTÁBIL = ACT + FCO e ACT = LC – FCO. Essas expressões simples já permitem admitir, em certa ordem, algum risco de multicolinearidade na regressão final.

b) por meio da forma indireta, usando um modelo adequado, desenvolvido na literatura que permita chegar ao valor dos *accruals* totais (*accruals* discricionários mais *accruals* não-discricionários). Para isso existem diversos modelos aplicáveis, como o de Dechow, Sloan e Sweeney, de 1995.

O problema da escolha dos modelos é o mesmo problema sistêmico e generalizado que algumas pesquisas brasileiras se defrontam: são modelos aplicáveis ao mercado de um país específico e precisam ser adaptados às características do mercado e às normas contábeis brasileiras. A eficiência ficará comprometida ao copiar o modelo proposto num estudo renomado no exterior *ipsis litteris* ao contexto da Bovespa porque os resultados podem apresentar conclusões distorcidas. É a chamada “idiossincrasia associada à composição do balanço patrimonial no Brasil” (Coelho & Lima, 2007).

A análise estatística dos dados deste trabalho foi baseada na abordagem de estimação por dados em painel, onde cada empresa estudada contribui com uma *cross-section* para cada ano do estudo. Isso possibilita algumas vantagens que os estudos somente de cortes transversais não possuem, como por exemplo, aumentam o número de graus de liberdade e diminui a colinearidade entre as variáveis explanatórias. Outra vantagem dos modelos em painel é proporcionar dados mais informativos e medição mais adequada para estudos em que envolve práticas predominantes no processo decisório em diferentes níveis organizacionais, uma vez que não concentra a análise sobre uma empresa em particular ou sobre um período específico. As análises de painel nas abordagens mais comuns são: *Pooled OLS*, Efeitos Fixos e Efeito Aleatório (Lacerda, Colauto & Amaral, 2010).

A maneira de explicitar o modelo de reconhecimento antecipado de perdas econômicas, mediante a ocorrência de fluxos de caixa negativos, dá-se através do uso de inclusão de variáveis *dummies* que possam escalarizar estes duplos comportamentos dos dados, dentro dos *cross-sections* do painel (Lacerda & Colauto, 2010).

As variáveis FCO e *accruals* totais são divididos pelo ativo total de cada empresa em cada ano correspondente. Isso visa reduzir a variabilidade dos dados e diminuir riscos de presença de heterocedasticidade, onde cada empresa pode influenciar com a variância dos erros do modelo. Tratar a heterocedasticidade é muito importante porque evita que alguns testes retornem resultados errados, podendo levar a conclusões distorcidas sobre hipóteses a respeito dos coeficientes estimados.

Outra variável *dummy* também foi introduzida no modelo para permitir a identificação dos efeitos estudados sobre a amostra nos momentos pré e pós a aplicação das IFRS. Assim, essa mensuração adicional do coeficiente da *dummy* "IFRS" seria, então, um indicativo de efeito "pós full-IFRS". Se seu coeficiente for significativo, haverá indícios do aumento do conservadorismo pela IFRS, caso contrário, rejeita-se a hipótese do trabalho.

Os coeficientes do modelo permitem rejeitar ou não a hipótese do trabalho. Dentre eles os mais representativos são os coeficientes α_5 e α_6 os quais permitem extrair informações específicas dentro do objetivo do trabalho. Isso é possível porque a introdução de *dummies* visa segmentar características que se pretende verificar no comportamento dentro da amostra disposta em painel.

Espera-se que o coeficiente α_4 seja negativo e significativo reproduzindo um comportamento menos conservador para toda a amostra. Se o coeficiente α_4 for maior que zero ($\alpha_4 > 0$), captará o reconhecimento tempestivo das perdas econômicas, sendo condizente com a hipótese de conservadorismo condicional. Possui impacto na hipótese. Já o α_5 precisa ser positivo porque espera-se que os fluxos de caixa sejam positivos com o advento das IFRS.

E em relação ao impacto das IFRS sobre o nível de *accruals* mensurado pelo *Cash Flow Model* (Ball & Shivakumar, 2005), espera-se que o coeficiente α_6 , seja negativo e significativo, o que indicaria redução no nível de *accruals* discricionários especificamente para as empresas que teriam reduzido o uso de práticas conservadoras a partir das IFRS e o que levará a rejeitar a hipótese do trabalho.

Os motivos de retiradas de empresas da amostra foram *missings* na coleta direta do Económatica, *missings* após a montagem do FCO ajustado e aquelas empresas que também tiveram mais de três *missings* após a montagem do FCO ajustado. Isso tem sido uma limitação ao uso de painel balanceado, quando todos os dados são plenamente fornecidos. Foi montado o painel com um total de empresas que restaram após os três filtros acima. Ainda assim ficaram 84 observações das empresas em que o FCO ajustado não apresentou valor algum e foi mantido em branco na planilha de dados.

Foram encontradas 1302 observações no painel montado. Os dados foram extraídos das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), perfazendo um total de 186 companhias. Os anos de 2008 e 2009 foram considerados como transição da norma e com possíveis vieses de interpretações dos resultados, portanto foram classificados como zero na variável *dummy* inserida do IFRS. A partir da equação (2) a hipótese deste trabalho pode ser assim formulada:

H0: o conservadorismo persiste como uma prática de gestão após a implantação dos IFRS no Brasil.

Para a análise dos ACCs do modelo foram utilizados instrumentos de regressão múltipla com dados em painel. Espera-se que o efeito da adoção do IFRS no Brasil, tenha causado maior impacto no conservadorismo das demonstrações contábeis do que foi observado antes deste evento, pois o BR-GAAP era mais distante do IFRS devido ao uso impositivo do valor justo (*fair value*).

A medição destes *accruals*, ou seja, o gerenciamento de resultados, é uma proxy para a análise do conservadorismo. Isso é medido com base em dados de empresas antes e após a implantação definitiva das IFRS. Espera-se que o conservadorismo seja menor após as IFRS do que antes delas. E essa redução se confirmado permite inferir que outras práticas menos conservadoras estão sendo usadas, confirmado que o gestor tendeu a seguir o princípio implícito das IFRS de divulgar demonstrações desprovidas de vieses e mais aproximadas da realidade econômica da empresa.

4 Análise de Resultados

Para apresentação dos resultados, foi feita a descrição da amostra, seguida dos testes para atender aos pressupostos dos dados em painel e os testes de viabilidade do modelo que seria mais adequado e por fim a análise da regressão. Os resultados obtidos foram extraídos do tratamento no software Stata - versão 12. A Tabela 1 apresenta a Estatística Descritiva das variáveis após este processo:

Tabela 1:
Estatísticas descritivas da amostra

Variável	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
ACCRUALS	1206	-5,67	176,18	-6077,80	3,38
dIFRS	1302	0,57	0,49	0,00	1,00
dFCO	1302	0,20	0,40	0,00	1,00
FCO	1206	-3,40	161,53	-5456,20	1299,03
dIFRS*FCO	1206	1,09	37,40	-7,42	1299,03
dFCO*FCO	1206	-4,57	157,11	-5456,20	0,00
dFCO*dIFRS*FCO	1302	-0,02	0,35	-7,42	0,00

Fonte: Elaborada pelos autores

O objetivo dessa análise descritiva é demonstrar as principais medidas de tendência central e dispersão quanto a situação das variáveis utilizadas na mensuração contábil das companhias da amostra. Os valores dos *accruals* demonstram que o comportamento dos gestores pode ser de gerenciar resultados visando proteger algum tipo de interesse da companhia ou para a companhia, caracterizando a prática de conservadorismo. Segundo a Nova Sociologia institucional, neste contexto e com a regulação do IFRS, deveria ser adequado que o conjunto de normas, cultura e valores institucionais que compõem o ambiente de práticas dos gestores conduzisse à construção de informações e demonstrações contábeis isentas de vieses e também comprometida em refletir com o maior grau possível a realidade ou o valor justo das operações. Todavia, a análise preliminar das estatísticas descritivas não fornece ainda uma confirmação de que essa nova conduta seja preponderante.

Foram também realizados diversos testes para atender aos pressupostos aplicáveis à análise com dados em painel. Dentre eles os testes específicos de multivariados de média e colineariedade indicaram significativos, afastando indícios preliminares de influência de relações indesejáveis entre as variáveis. Em seguida foram feitos os testes multivariados de médias, covariância e normalidade obtendo também *p-value* significativos.

Na sequência, os testes de viabilidade da melhor abordagem para estimação dos modelos em painel resultaram na melhor escolha para a distribuição dos resultados estatísticos com a base de dados coletada:

Determinação do modelo *pool OLS* (ou mínimos quadrados ordinários) versus efeitos fixos: a hipótese nula é que todas as interceptações de efeitos fixos são zero. Se a hipótese nula for rejeitada, então precisa-se usar o método de efeitos fixos (Greene, 1997).

Determinação do modelo de efeitos fixos versus efeitos aleatórios: usando o teste de Hausman. A hipótese nula é que os coeficientes angulares dos dois modelos sendo comparados não diferem significativamente. Se as estimativas são diferentes, então rejeita-se efeitos aleatórios e deve-se usar efeitos fixos, caso contrário, o mais eficiente método é o de efeitos aleatórios.

Assim, o teste de LM de Breusch-Pagan, e o modelo de efeitos aleatórios (random effects) foi o rejeitado ($\text{Prob} > \text{chibar2} = 1,0000$). Pela estatística do teste de Hausman, tem-se que o modelo de efeitos fixos é melhor que o de efeitos aleatórios ($\text{Prob} > \chi^2 = 0.0000$). Isso era esperado também porque o N é elevado em relação ao T. Por outro lado, no teste Chow resultou que o modelo de pool OLS foi rejeitado ($\text{Prob} > F = 0.0000$). Isso levou à adoção do modelo com efeitos fixos como o mais adequado à análise.

Com relação aos testes adicionais de especificação do modelo, os resultados dos testes apresentaram que a estatística de Jarque-Bera foi de $\text{Prob} > \chi^2 = 0,000$, indicando que não se pode rejeitar a hipótese de que as variáveis são normalmente distribuídas.

Também o teste geral de heterocedasticidade de White foi de $p\text{-value} = 0.9798$ e mostrou que as regressões estimadas não são heterocedásticas.

O teste de variance inflation factors (VIF) foi realizado no software STATA®, para detectar multicolinearidade entre os regressores, apresentando valores entre 1,01 e 1,02 demonstrando que não se podem evidenciar indícios de multicolinearidade.

Segundo Greene (1997), efeitos fixos são aqueles em que é possível controlar os efeitos fixos não observáveis capazes de enviesar as estimativas dos coeficientes. Esses efeitos podem ser específicos à empresa, ao país ou ao indivíduo. Uma amostra maior possibilita estimativas mais precisas dos coeficientes.

Foram então obtidos os valores dos coeficientes da regressão múltipla adotada para o estudo através dos resultados fornecidos adotando o modelo de efeitos fixos. Esses resultados são expostos na Tabela 2 abaixo para as medidas estruturadas com a finalidade de capturar indícios de atividades de conservadorismo com base num modelo econometrício.

Em linha com o trabalho de Ball e Shivakumar (2005), observa-se que o sinal do coeficiente α_3 está negativo, assumindo a correlação negativa em função do comportamento dos accruals e não há previsão para o intercepto ou para o α_1 , mesmo retornando significativo no estudo.

Na tabela 2, o tratamento estatístico com os fluxos de caixas antecipados após a implantação das IFRS, traduzido pela variável “dIFRS x dFCO x FCO” revelou também níveis de significância abaixo de 0,05%, para um nível de confiança adotado de 95%, reforçando o efeito esperado na montagem do modelo, estimando que o coeficiente α_6 , fosse negativo e significativo, o que indicaria redução no nível de accruals discricionários especificamente para as empresas que teriam reduzido o uso de práticas conservadoras a partir das IFRS. Isso levou a rejeitar a hipótese do trabalho de que “o conservadorismo persiste como uma prática de gestão após a implantação dos IFRS no Brasil”.

Desta maneira, conclui-se que, segundo a metodologia adotada, a representação contábil do patrimônio se distanciou de práticas conservadoras, desfazendo, portanto, a suposição de que a regulação do IFRS seria insuficiente para vencer algo classificado como uma forma de cultura. Deste modo, o conservadorismo, como uma regra cultural e uma prática formal intraorganização, por meio da análise desta base de dados, vem cedendo espaço à sedimentação de práticas mais transparentes de disclosure.

Tabela 2:

Resultado da regressão – Modelo do Fluxo de Caixa (2005)

$$\text{ACCRUALS} = \alpha_0 + \alpha_1 dFCO_{it} + \alpha_2 dIFRS_{it} + \alpha_3 FCO_{it} + \alpha_4 dFCO_{it} * FCO_{it} \\ + \alpha_5 dIFRS_{it} * FCO_{it} + \alpha_6 dIFRS_{it} * dFCO_{it} * FCO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Período: 2007 a 2013 Nº de observações: 1302 Nº de empresas: 186	Coeficiente	p-value	Erro padrão	Teste t
$\alpha_1 dFCO_{it}$	0,17	0,00	0,04	3,76
$\alpha_2 dIFRS_{it}$	-0,03	0,27	0,03	-1,10
$\alpha_3 FCO_{it}$	-0,29	0,00	0,01	-3,06
$\alpha_5 dIFRS_{it} * FCO_{it}$	1,40	0,00	0,01	14,77
$\alpha_4 dFCO_{it} * FCO_{it}$	-0,25	0,00	0,01	-2,68
$\alpha_6 dIFRS_{it} * dFCO_{it} * FCO_{it}$	-0,22	0,04	0,10	-2,01
α_0	0,01	0,47	0,02	0,72
Significância Estatística Teste F (do Modelo) Teste Chow	5% p > F = 0,00 p > F = 0,00			

Fonte: Elaborada pelos autores

Ou seja, até então se pode rejeitar a hipótese deste trabalho de que as empresas que tenderiam a serem mais conservadoras do que se fosse aplicado o valor justo de forma integral.

Os resultados deste estudo indicam que a adoção do *full IFRS* gera uma divulgação de informações contábeis menos conservadoras na amostra das empresas brasileiras de capital aberto, o que transmite uma tendência de enfraquecimento de uma prática: de que a geração de fluxos de caixa positivos leva os atores da gestão das empresas a lançarem mão dos *accruals* para reduzirem o resultado, como uma prática sistematizada e sedimentada, conforme defendido por Burns e Scapens (2000). Essa variável do fluxo de caixa usa esses *accruals* para compensar os resultados financeiros obtidos, implementando uma cultura de conservadorismo e ao mesmo tempo levando à tendência de proteção do gestor, o que reafirmou a utilidade da NIS como um ponto positivo de visão da problemática, apesar da sua carência metodológica. No entanto, a perspectiva de se reconhecer os resultados futuros procedentes de fluxo positivo em momento oportuno, apenas quando cessarem as incertezas de tal recebimento, foi satisfeita neste estudo, não contrariando a teorização de que uma nova prática (as essências levadas pelas IFRS) é completamente absoluta sobre as práticas que as normas preconizam deixar de serem usadas.

5 Considerações Finais

Esse tema, o conservadorismo, é interessante e estimulante, pois está no núcleo da construção conceitual da Contabilidade, ora classificado dentro de uma estrutura conceitual de postulados, princípios e convenções e, ora encaixado sob o conteúdo estritamente racional da Teoria da Agência.

Esse trabalho foi uma tentativa de aprimorar novos olhares sobre um mesmo objeto, que já foi diversas vezes visitado recentemente, sobretudo com algum exagero em adotar a abordagem do modelo de Basu (1997) e somente com esta direção. Inserir esse tema no contexto da NIS e com uma análise quantitativa foi um

trabalho desafiador, mas que nutriu expectativas de contribuição para novas discussões, apesar de não haver referenciais precedentes com o mesmo framework. Além disso, observa-se um questionamento implícito nestas abordagens recorrentes: onde alicerçá-lo atualmente. O conservadorismo está situado numa estrutura de cultura organizacional, segundo a NIS. No âmbito corrente dos frameworks em que esse tema é amplamente discutido, o da Teoria da Agência, ele é uma prática de gerenciamento discricionário.

Os achados não corroboraram a hipótese de que o conservadorismo é uma prática ainda resistente, visto que os graus de significância observados elevaram a prática inserida com os IFRS para demonstrações menos conservadoras, segundo o método adotado para esta análise. Contudo, admite-se limitação deste método devido à grande quantidade de dados *missing* disponibilizados nas bases de pesquisa brasileiras. Isso iria permitir uma maior acurácia dos resultados e robustez na mensuração dos parâmetros que espelhem o conservadorismo.

Surpreendentemente os valores do fluxo de caixa segmentado com as *dummies* usadas se comportaram em direção da hipótese alternativa de que o valor justo está se aproximando mais do valor real para a amostra pesquisada.

Recomenda-se para futuras pesquisas usar esse mesmo foco e metodologia, porém utilizando modelos econôméticos que possam ir além ao de Basu (1997), como exemplo, o de Givoly & Hayn (2000) e Ryan (1995) a fim de investigar mais profundamente a mensuração da resistência, persistência e proteção que as práticas de conservadorismo possuem no ambiente de negócios brasileiro, considerando a estrutura da NIS. Ou ir além e desenvolver um método de medida para uso eficaz com a NIS, partindo de números contábeis que permitam traduzir o quanto do valor justo as unidades de negócio estão alinhadas. Também é uma possível lacuna a ampliação para análise de empresas fora da Bolsa de Valores, especialmente as grandes empresas e o comportamento dos seus atores envolvidos com a escolha dos métodos contábeis.

Não se prender somente à análise quantitativa puramente foi o cerne deste artigo, mas levantar a motivações, além das racionais, segundo uma teoria (institucional), que levam os gestores, contadores, proprietários de empresas a se posicionarem diante da escolha de procedimentos e práticas contábeis conservadoras.

Referências

- Abreu, E. S., & Dias Filho, J. M. (2013). Segmentos especiais da BM&FBOVESPA e dispersão acionária: Boa governança corporativa ou isomorfismo institucional? *Revista de Negócios*, v. 18, n. 2, p. 62-80.
- Aguiar, A. B., & Guerreiro, R. (2008). Processos de persistência e mudança de sistemas de contabilidade gerencial: uma análise sob o paradigma institucional. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 3, p. 6-24.
- Antunes, G., & Medeiros, O. R. (2011). Modelo de Basu: Especificação Diferente, Mesmo Resultado. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 5, n. 1, p. 59-71.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, v. 39, n. 1, p. 83-128.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2006). The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. *Journal of Accounting Research*, v. 44, n. 2, p. 207-242.
- Barth, M. E. (2006). Including estimates of the future in today's financial statements. *Accounting Horizons*, v. 20, n. 3, p. 271-285.
- Castro Neto, J. L., Itoz, C., Lima, I. V., Pasqual, D. L., Bastos, E. C., & Muller, E. T. (2006). O Papel das culturas nacionais nas práticas contábeis do Brasil, Estados Unidos, França, Alemanha e Japão. EnAnpad, 30 ed., Salvador/BA, Anais...Salvador.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 24, n. 1, p. 3-37.
- Beuren, I. M., & Dallabona, L. F. (2011). Isomorfismos em empresas contábeis de Santa Catarina. SemeAD-Seminários em Administração, XIV, São Paulo/SP, Anais... São Paulo.

- Boff, M. L. (2007). *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares*. 160 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC.
- Boff, M. L., Beuren, I. M., & Guerreiro, R. (2014). Institucionalização de hábitos e rotinas da controladoria em empresas do Estado de Santa Catarina. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 46, p. 153-174.
- Brito, G. A. S., & Martins, E. (2013). Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. *BBR - Brazilian Business Review*, v. 10, n. 1, p. 27-48.
- Burns, J., & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management accounting research*, v. 11, n. 1, p. 3-25.
- Carruthers, B. G. (1995). Accounting, ambiguity, and the new institutionalism. *Accounting, Organizations and Society*, v. 20, n. 4, p. 313-328.
- Chambers, R. J. (1965). *Accounting Evaluation and Economic Behavior*. Englewood Chiffs, N.J: Prentice Hall.
- Costa, R. A., Costa F. M., Baptista, E. C. S., & Antunes, G. A. (2010). O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 3, p. 28-37.
- Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2007). Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 18, n. 45, p. 38-49.
- Covaleski, M. A., Dirsmith, M. W., & Samuel, S. (1996). Managerial accounting research: the contributions of organizational and sociological theories. *Journal of Management Accounting Research*, v. 8, p. 1-36.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2008). Programa de trabalho 2007-2009.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, v. 70, n. 2, p. 193-225.
- Dimaggio, P. J. & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48, pp.147-160.
- Edwards, E., & Bell, P. (1961). *The Theory and Measurement of Business Income*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Givoly, D., & Hayn, C. (2000). The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, n. 3, p. 287-320.
- Gonçalves, J. C., Batista, B. L. L., Macedo, M. A. S., & Marques, J. A. V. C. (2012). Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, XII.
- Gray, S. J. (1980). The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence. *Journal of Accounting Research*, p. 64-76.
- Gray, S. J. (1988). Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. *Abacus*, v. 24, n. 1, p. 1-15.
- Greene, W. H. (1997). *Econometric analysis*. 3. ed. New Jersey: Prentice-Hall.
- Guerreiro, R. (2006). Editorial: a abordagem institucional na contabilidade gerencial. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 17, n. 40, p. 3-3.
- Guerreiro, R., Frezatti, F., & Casado, T. (2006). Em busca de um melhor entendimento da Contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. *Revista Contabilidade e Finanças*. USP, São Paulo: Edição Comemorativa, p. 7-21.
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Hofstede, G. (1980). Culture and organizations. *International Studies of Management & Organization*, v. 10, n. 4, p. 15-41.
- Iudícibus, S. (2009). *Teoria da Contabilidade*, 9 Ed. São Paulo: Atlas.
- IASB – International Accounting Standard Boards, IFRSs. (2001). London: IASB.
- Kaizer, C. V. C., Nossa, S. N., Teixeira, A. J. C., Baptista, E. C. S., & Nossa, V. (2009). O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 3, n. 1, p. 1-24.

- Lacerda, R., & Colauto, R. D. (2011). Conservadorismo Condicional: Estudo a Partir do Reconhecimento Antecipado de Perdas Econômicas no Resultado. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 4, p. 157-187.
- Lacerda, R., Colauto, R. D., & Amaral, H. F. (2010). Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 21, n. 54, p. 64-84.
- Lafond, R., & Watts, R. L. (2008). The information role of conservatism. *The Accounting Review*, v. 83, n. 2, p. 447-478.
- Martinez, A. L., & Alves, J. S. (2013). Efeitos da Adoção das IFRS no Conservadorismo Contábil de Companhias Brasileira de Grande Porte, Abertas e Fechadas. In: *Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, XIII.
- Mendonça, M. M., Costa, F. M., Galdi, F. C., & Funchal, B. (2010). O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 21, n. 52, p. 1-24.
- Neal, K. M. (1939). *Truth in Accounting*. Scholars Book Co.
- Nepumoceno, V. (2009). Os construtos e a crise conceitual contábil. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 10, n. 3, p. 51-65.
- Powell, W. W., & Dimaggio, P. J. (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ribeiro, J. A., & Scapens, R. W. (2006). *Management accounting and power: a contested relationship*. Faculdade de Economia, Universidade de Porto.
- Ryan, S. G. (1995). A Model of Accrual Measurement with Implications for the Evolution of the Book-to-Market Ratio. *Journal of Accounting Research*, v. 33, 1, p. 95-112.
- Salvary, S. C. W. (1992). Recoverable Cost: The Basis of a General Theory of Financial Accounting Measurement. *Accounting Inquiries*, v. 1, n. 2.
- Santos, A. R. (2008). *Diagnóstico institucional dos fatores que concorrem para o isomorfismo das práticas de Contabilidade gerencial utilizadas pelas organizações do setor elétrico brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- Santos, E. S., Cia, J. N. S., & Cia, J. C. (2011). U.S. GAAP x normas brasileiras: mensuração do impacto das diferenças de normas no lucro duplamente reportado pelas empresas brasileiras emissoras de ADRs na NYSE. *Revista de Administração do Mackenzie*, v. 12, n. 1, 82-111.
- Santos, L. P. G., Lima, G. A. S. F., Freitas, S. C., & Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 56, p. 174-188.
- Scapens, R. W. (1994). Never mind the gap: towards an institutional perspective on management accounting practice. *Management Accounting Research*, v. 5, n. 3-4, p. 301-321.
- Silva, A. C., Coelho, A. C., Lopes, A. B., & Almeida, J. E. F. (2009). Qualidade informacional dos lucros das firmas monitoradas por agências reguladoras no Brasil. In: *CONGRESSO ANPCONT*.
- Scalzer, R. S., Almeida, J. C. G., & Costa, F. M. (2008). Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 117.
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1999). The institutionalization of institutional theory. *Studying Organization. Theory & Method*. London, Thousand Oaks, New Delhi, p. 169-184.
- Watts, R. L. (1993). A proposal for research on conservatism. *Bradley Policy Research Center*.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 3, p. 207-221.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 4, p. 287-301.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *The Accounting Review*, p. 131-156.

DADOS DOS AUTORES

Luis Augusto Ferreira dos Santos

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Endereço: Conjunto Recanto do Cabula, Bloco 7, Ap. 104, Cabula
CEP: 41.150-115 - Salvador/BA - Brasil
E-mail: luisf6@gmail.com
Telefone: (71) 3257-1100

Diego Emanoel Sousa Gonçalves

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Endereço: Quadra D, nº 15, Conjunto Centenário, Queimadinha
CEP: 44050-626 – Feira de Santana/BA - Brasil
E-mail: diegofsa001@hotmail.com
Telefone: (75) 99141-2749

Roberto Oliveira Santos

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Endereço: Rua Laguna, nº 56, Residencial Beira Mar 1, Aeroporto
CEP: 49037-730 - Aracaju/SE - Brasil
E-mail: robertooliveira.ba@gmail.com
Telefone: (75) 99123-8919

Contribuição das Autoras:

Contribuição	Luis Santos	Diego Gonçalves	Roberto Santos
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	✓		
2. Definição do problema de pesquisa	✓		
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	✓		
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)			
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	✓		
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	✓		
7. Processo de coleta de dados	✓	✓	✓
8. Análises estatísticas	✓	✓	✓
9. Análises e interpretações dos dados coletados	✓	✓	✓
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	✓		
11. Revisão crítica do manuscrito	✓	✓	✓
12. Redação do manuscrito	✓	✓	✓